

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

GT-5 – Política e Economia da Informação

HACKEANDO DADOS ABERTOS: COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO E CIDADANIA

Anna Cristina Brisola - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Josir Cardoso Gomes - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Marco Schneider - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

HACKING OPEN DATA: CRITICAL INFORMATION LITERACY AND CITIZENSHIP

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: A Lei de acesso à informação (LAI) aprovada em 2011 tem sido muito benéfica para inúmeras iniciativas não governamentais e tem promovido o aprimoramento da democracia, apesar do momento de enorme turbulência política que o Brasil vivencia. A apropriação dos dados abertos por parte da sociedade civil tem sido cada vez mais frequente e vem exercendo pressão efetiva nas diversas instâncias do Estado brasileiro. Esta pesquisa analisou o Portal da Transparência do Governo Federal, como exemplo de ferramenta de transparência estatal, e duas iniciativas não estatais, o site Câmara Transparente da DAPP/FGV e o Projeto Serenata de Amor. A análise procura entender como tais projetos se apropriam dos dados abertos e quais os benefícios que tais projetos estão trazendo para a sociedade quando agregam informações de diversas fontes de dados, transbordando assim o efeito do conteúdo original. O resultado da análise mostra que a competência crítica em informação deve ser uma preocupação central em projetos desta natureza, para que se possa maximizar o seu uso pelo cidadão e para que este possa se apropriar desses dados de formas mais eficientes e plenas. Como conclusão, o presente trabalho também sugere ações práticas que fomentem novas iniciativas como estas.

Palavras-Chave: Competência Crítica em Informação; Dados Abertos; LAI.

Abstract: The Law of Access to Information (LAI), approved in 2011, has been very beneficial for numerous non-governmental initiatives and has promoted the improvement of democracy, despite the moment of great political turbulence that Brazil experiences. The appropriation of open data by civil society has been increasingly frequent and has exerted effective pressure in the various instances of the Brazilian State. This research analyzed the Transparency Portal of the Federal Government, as an example of a state transparency tool, and two non-state initiatives, the Transparency Chamber of DAPP / FGV and the Project Serenade of Love. The analysis seeks to understand how such projects appropriate the open data and what benefits these projects are bringing to society when aggregating information from diverse data sources, thus overflowing the effect of the original content. The result of the analysis shows that critical information competence should be a central factor of concern in

projects of this nature, in order to maximize its use by the citizen and so that the latter can appropriate those data in more efficient and full forms. In conclusion, the present work also suggests practical actions that foment new initiatives like these.

Keywords: Critical Information Literacy; Open Data; LAI.

1 INTRODUÇÃO

A Lei de Acesso à Informação (LAI) foi aprovada em 2011, em grande medida em função da pressão exercida pela sociedade civil desde 2003 (SILVA, 2013). Desde então, tem trazido resultados benéficos para inúmeras iniciativas por parte da sociedade civil para fiscalizar as ações e gastos do governo. Um dos mais notáveis resultados obtidos na aplicação desta lei foi a crescente disponibilização de dados governamentais no formato eletrônico em sites na internet, onde qualquer um pode acessá-los de forma anônima e sem nenhum tipo de burocracia. Este conjunto de dados entrou assim no rol do que se convencionou chamar de Dados Abertos, que, segundo a ONG *Open Knowledge International*¹, são os dados que podem ser utilizados livremente por qualquer pessoa. Tais dados podem ser reutilizados e redistribuídos, estando apenas sujeitos à exigência de creditar a sua autoria e que sejam compartilhados pela mesma licença.

A apropriação dos dados abertos por parte da sociedade civil – universidade, imprensa etc. – e até mesmo por outros órgãos governamentais tem sido cada vez mais frequente. Entretanto, apesar das iniciativas do governo com o portal de Dados Abertos² e com o site do Governo Eletrônico, os formatos dos arquivos e a usabilidade dos sites ainda dificultam muito o acesso ao conteúdo ofertado.

Burle et al (2015) apontam uma brecha entre a previsão normativa e a incorporação efetiva das regulamentações analisadas, por ausência de especificações sobre obrigações relativas à transparência ativa e por destacarem alguns princípios enquanto outros são ignorados, acarretando falhas na implementação dos portais da transparência e consequentemente no direito de acesso aos dados pelo cidadão, “uma vez que restringe a possibilidade de interação e apropriação das informações acessadas” (BURLE, 2015, p. 2).

¹ Fonte: <<https://okfn.org>>.

² Fonte : <<http://dados.gov.br>>.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

O Portal da Transparência do Governo Federal é usado como exemplo da tentativa de transparência por parte do Estado por este estudo. É um portal razoavelmente fácil de acessar e com uma boa quantidade de dados. Contudo, a interpretação e utilização destes dados não é tão simples e exige um certo grau de competência informacional, que um usuário médio não dispõe.

Por conta dessa dificuldade de visualização dos dados disponibilizados pelos órgãos do Estado, inúmeras instituições têm procurado criar sites ou plataformas que permitam que o cidadão possa visualizar estes dados de forma mais fácil e intuitiva. O presente trabalho vem assim analisar duas destas iniciativas com o objetivo de verificar como a sociedade civil têm procurado preencher esta lacuna entre o que é ofertado pelo governo e o que a sociedade procura ou acha importante acessar.

O primeiro exemplo analisado é o site Câmara Transparente³, produzido pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (DAPP/FGV) que, a partir dos dados fornecidos pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), faz um mapeamento de quais setores econômicos financiam os deputados federais eleitos em 2014.

O outro exemplo de iniciativa da sociedade civil que se apropria dos dados fornecidos pelo governo é o Projeto Serenata de Amor. Criado em 2016 por desenvolvedores de sistemas de informação indignados com os altos valores gastos pelos deputados federais na chamada CEAP – Cota para Exercício da Atividade Parlamentar (que custeia alimentação, transporte, hospedagem e diversos outros itens), o projeto tem como objetivo primário encontrar despesas ilegais, utilizando técnicas de inteligência artificial, e cobrar explicações dos deputados envolvidos.

A partir destes dois exemplos, é possível encontrar detalhes que venham a contribuir com o entendimento do fenômeno da transparência política e da participação cidadã mediadas pelas TICs, sob a perspectiva da competência em informação.

2 PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL

O Portal da Transparência do Governo Federal é uma iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU), lançada em novembro de 2004, para assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos. O objetivo é

³ Fonte: <<http://dapp.fgv.br/transparencia-politica/camara-transparente/>>.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

aumentar a transparência da gestão pública, permitindo que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar.⁴

No mês de maio de 2015, o Portal da Transparência do Governo Federal, mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU), registrou 1,4 milhão de acessos. A média em 2015 foi de 1,3 milhão de acessos por mês. Em todo ano de 2015 registrou-se, de acordo com o relatório de estatísticas, 16 milhões de visitas. Em 2016 esse número foi superado em 32,5%, com um total de mais de 21,6 milhões de acessos⁵.

Em 2016, novembro foi o mês com maior número de visitas, 4.001.849, seguido por outubro, com 2.229.022 acessos. Essa característica chama atenção, porque neste novembro o acesso superou em muito a média dos outros meses, que variaram entre 1.246.294 em fevereiro e 1.771.407 em dezembro. Em 2015, quase não houve variação no número de visitas nos 12 meses do ano, sendo o menor número 1.169.802, em fevereiro, e o maior 1.439.877, em maio.

Chama a atenção o fato de os meses de junho e julho de 2013, meses das grandes manifestações de rua no Brasil, não terem registrado um aumento significativo de fluxo de acessos. Os dados do próprio portal demonstram que o crescimento de acessos no ano de 2013 se enquadra na média de crescimento mensal de acessos. Comparando os acessos desde sua criação em 2004, com 64.326 de visitas nos últimos 3 meses do ano, e 2005, com 285.968 visitas nos 12 meses, pode ser percebido quais foram os anos de maior aumento proporcional de visitas em relação ao ano anterior, que são: 2007 – 646.701 visitas (71,5%); 2008 – 1.443.610 visitas (123,2%); 2010 – 2.938.152 (72,3%); 2012 – 8.170.046 (142,5%). Os anos de maior desestabilidade política com manifestações populares, 2013 e 2016, não registraram os maiores aumentos de acessos, o que deixa a dúvida a respeito da relação de acessos com a participação política cidadã.

Em estatística fornecida pelo próprio Portal da Transparência, são listados os acessos em 2016, por município. A planilha contém 1109 entradas, das quais 28 são de municípios Indefinidos, porém com definição do estado de origem, com apenas uma exceção, de indefinido, na entrada Estado. São Paulo (SP) foi o município do qual mais acessos foram feitos, com 2.155.408 visitas, seguido de Brasília (DF), com 2.022.354; Rio de Janeiro (RJ), com

⁴ Definição oficial do Portal da Transparência. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/sobre/>>. Acesso em: 10/08/2017

⁵ Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/sobre/Estatisticas_visitacao/dezembro-2016.pdf>.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

1.918.677; Belo Horizonte (MG), com 803.020; e Fortaleza (CE), com 762.300. Também há visitantes de cerca de 200 países, o que corresponde a mais de 485 mil acessos (2,2%), originários principalmente dos Estados Unidos e da Índia⁶.

De acordo com notícia postada no site do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, sobre o Portal da Transparência, “as consultas com maior número de páginas visualizadas foram: Servidores (48,7%), Despesas Diárias (16,8%) e Transferências de Recursos (16,7%). A duração média em cada visita é de cerca de cinco minutos, com os usuários navegando por 10,6 páginas”⁷. Seria importante considerar a relação populacional de cada município, que não é contemplada na planilha fornecida pelo portal.

Esses dados são interessantes para proporcionar leituras de participação cidadã que relacionem o interesse e as visitas com a participação política da sociedade e com a competência em informação. Além de alimentarem de dados pesquisas referentes aos usuários do portal, interesses, geopolítica, etc.

3 DAPP/FGV E O CÂMARA TRANSPARENTE

A FGV é notadamente um dos grandes motores da ciência no Brasil. É uma instituição sem fins lucrativos criada em 1944 e tem como missão “avançar nas fronteiras do conhecimento na área das Ciências Sociais e afins, produzindo e transmitindo ideias, dados e informações, além de conservá-los e sistematizá-los, de modo a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico”⁸. E a DAPP – Diretoria de Análises de Políticas Públicas, especificamente, conduz diversas pesquisas se baseando em dados abertos disponibilizados pelo Estado.

Uma destas pesquisas da DAPP chama-se Câmara Transparente, que trabalha com os dados de financiamento de campanha do TSE com o objetivo de mapear quais setores econômicos financiam quais partidos políticos e em quais estados realizaram tais investimentos. Desta forma, através de infográficos e da agregação dos dados brutos, um leitor leigo consegue facilmente identificar padrões e analisar quais são os setores econômicos

⁶ Fonte: <<http://www.cgu.gov.br/noticias/2017/01/portal-da-transparencia-do-governo-federal-registra-recorde-de-acessos-em-2016>>.

⁷ Fonte: <<http://www.cgu.gov.br/noticias/2017/01/portal-da-transparencia-do-governo-federal-registra-recorde-de-acessos-em-2016>>.

⁸ Prestação de Contas da FGV em 2016. Disponível em: <http://portal.fgv.br/sites/portal.fgv.br/files/u90/prestacao_de_contas_2016.pdf>.

que mais contribuíram em cada estado. Vale ressaltar que a metodologia utilizada pela DAPP inclui novos dados aos já existentes quando categoriza os doadores por ramo de atividade, já que tal informação não consta na base bruta do TSE, gerando assim um novo banco de dados mais completo que o anterior. Em resumo, a DAPP consegue assim diminuir os requisitos que o usuário necessita para que consiga usufruir dos dados fornecidos pelo TSE e, desta forma, estender a utilização destes dados para a sociedade.

Entretanto, durante a análise do portal Câmara Transparente, foi identificada uma deficiência que faz toda a diferença na pesquisa. A equipe da DAPP não disponibiliza nenhum canal para que o usuário possa ter acesso à base de dados que serve à visualização do site. Ou seja, apesar deles utilizarem dados abertos, eles mesmos não disponibilizam tais dados ao público. Houve ainda uma tentativa de solicitar os dados por e-mail, mas nenhuma resposta foi dada até o término da redação deste artigo.

Como será relatado a seguir, o Projeto Serenata de Amor, ao contrário do Câmara Transparente, da DAPP/FGV, compartilha os resultados, estimulando uma maior participação de diversos atores da sociedade civil no projeto, cujo cerne está no chamado e na viabilização de participação colaborativa de qualquer pessoa que possa contribuir com a iniciativa.

4 PROJETO SERENATA DE AMOR

O projeto Serenata de Amor utiliza técnicas de inteligência artificial para descobrir gastos suspeitos dos parlamentares e, a partir das suspeitas encontradas, encaminha reclamações formais para o deputado envolvido na possível fraude. Para realizar tal processamento, o projeto cruza os dados das despesas realizadas com os dados dos fornecedores que emitiram as notas fiscais de cada despesas, verificando, por exemplo, se o deputado gastou valores acima do razoável em um almoço.

Apesar do nome inusitado⁹ – referência a um caso na Suécia, no qual uma deputada teve sua reputação abalada por ter comprado uma barra de chocolate utilizando dinheiro público¹⁰ –, os resultados são bem contundentes e têm se mostrado muito profícuos: foram feitas 629 denúncias contra 216 deputados, totalizando 378 mil reais. Até junho de 2017,

⁹ Porque Serenata de Amor ? Disponível em: <<https://www.catarse.me/pt/serenata>>.

¹⁰ Expenses: They order this matter differently in Sweden. Disponível em:

<<http://blogs.reuters.com/global/2009/05/11/expenses-they-order-this-matter-differently-in-sweden/>>.

aproximadamente 46 pessoas contribuíram, programando, testando ou dando sugestões através do GitHub¹¹, e 581 pessoas estavam presentes no grupo online no Telegram¹². O projeto não teve nenhum apoio governamental ou de nenhuma empresa ou ONG, sendo financiado inicialmente através de *crowdfunding*, quando arrecadou R\$ 80.424,00 para pagar a infraestrutura de TI e 3 desenvolvedores que trabalharam em tempo integral durante a fase inicial do projeto.

Sob o ponto de vista informacional, pode-se identificar uma característica central: o caráter eminentemente colaborativo, baseado na chamada cultura hacker. Foi possível perceber a preocupação dos líderes do projeto em disponibilizar os resultados de forma transparente e de forma mais democrática possível, permitindo inclusive que qualquer pessoa pudesse se manifestar em relação aos rumos tomados pelo projeto.

Ainda dentro desta mesma cultura, ao se analisar a documentação do projeto, pode-se verificar que algumas técnicas pouco ortodoxas eram utilizadas para aglutinar dados de bases diversas em um único repositório. Um dos exemplos mais contundentes foi a busca do endereço do fornecedor da despesa feita pelo deputado. Como a base da Câmara não informava o endereço do fornecedor e este dado era importante para verificar se um determinado deputado não estava realizando uma despesa em Roraima e no Paraná no mesmo horário, a equipe obteve as informações de endereço através de um site que recolhia os dados do CNPJ burlando a proteção existente no site da Receita Federal¹³. Apesar de não haver nada de ilegal na operação, já que o dado é público, o projeto conseguiu “hackear” a informação mesmo quando o detentor do dado (no caso a Receita Federal) se recusa a fornecer algo que é legítimo para o cidadão.

Entretanto, apesar da criatividade e ineditismo do projeto, verificou-se que havia uma deficiência bem marcante: para um cidadão leigo, o entendimento do projeto e dos seus resultados não é nada trivial. A comunicação dos resultados era mais destinada para desenvolvedores de software do que para o cidadão comum.

¹¹ GitHub é a maior plataforma de compartilhamento de código e de gerenciamento de projetos de software livre do mundo. Disponível em: <<http://www.github.com>>.

¹² Telegram é uma plataforma de comunicação online no mesmo estilo do Whatsapp que se diferencia por uma maior liberdade de uso e com mais recursos computacionais.

¹³ A Receita Federal utiliza um recurso denominado Captcha que tenta evitar que um robô busque as informações das empresas de forma automatizada. Disponível em: <https://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao2.asp>.

No caso do Serenata de Amor, as análises estão parcialmente publicadas no site em “Histórias Publicadas”¹⁴, que são textos críticos dos participantes do projeto com alguns dos dados expostos nessas análises. Também estão à disposição links e dados abertos. Contudo essas exposições de dados e textos não são facilmente compreensíveis ao usuário leigo, sendo necessária competência e conhecimento de tecnologia de informática para os dados abertos, bem como competência digital e de informação para compreender as análises e dados. Além disso, o site não tem uma interface amigável e todos os resultados das denúncias são enviadas pelo Twitter, o que também restringe o acesso para leitores que não estão acostumados com tal rede social.

Ao acessar a aba Histórias Publicadas, o leitor encontra 10 tópicos nos quais pode clicar: (1) Com o que o governo pode gastar; (2) Relatório mensal da Operação Serenata de Amor - 010; (3) Serenata Toolbox no PyPI; (4) Relatório mensal da Operação Serenata de Amor - 009; (5) Convertendo suspeitas em dinheiro devolvido: como são as denúncias da Operação Serenata de Amor; (6) Deputado usa Uber?; (7) Como lidar com um legislativo que ignora o que ele mesmo legisla?; (8) Jarbas apresenta todas as suspeitas da robô Rosie da Operação Serenata de Amor; (9) R\$3,2 milhões em 8.216 - reembolsos suspeitos: as métricas do trabalho da Rosie nos últimos dias e (10) Relatório mensal da Operação Serenata de Amor – 008.

O que é encontrado em cada uma dessas abas? Na aba aberta no primeiro link (1) há um texto crítico, com dados, sobre o Plano plurianual, que “Comunica estratégia de origem e destino do dinheiro público para os próximos 4 anos”¹⁵. Este texto procura explicar como funciona o orçamento:

Um dos objetivos da Operação Serenata de Amor é permitir que pessoas sem qualquer conhecimento jurídico ou contábil possam entender o que acontece com o dinheiro público, se beneficiando de dados que apesar de públicos, são pouco acessíveis. Estivemos muito próximos de cotas parlamentares, algo que seguimos aperfeiçoando. No entanto, sentimos que introduzir conceitos relacionados ao orçamento pode expandir o horizonte de quem usa a Serenata como ferramenta de controle social.

Os relatórios (2), (4) e (10) descrevem os progressos da operação e do projeto e abrem link para os relatórios anteriores e de outras postagens do grupo, como palestras, eventos,

¹⁴ Disponível em: <<https://serenatadeamor.org/stories/>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

¹⁵ Disponível em: <<https://medium.com/data-science-brigade/com-o-que-o-governo-pode-gastar-c8fbcf8dd21b>>. Acesso em: 9 ago. 2017.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

Facebook e os outros tópicos e artigos do histórico. Muitos desses links são para outros sites, alguns com conteúdo incompreensível para o cidadão comum, outros com links para textos em inglês, e ainda alguns com links para artigos que não tratam diretamente das questões levantadas no Serenata de Amor.

O item (3) é destinado aos profissionais de informática sobre como acompanhar o Serenata de Amor utilizando seu código aberto. Para quem não é profissional da área, é quase totalmente incompreensível.

Os itens (5), (6), (7) e (9) são os mais palatáveis e trazem uma análise crítica, denúncias e dados sobre os reembolsos dos deputados, o tipo de utilização e tipo de resposta de deputados às cobranças feitas pelo projeto. Esses textos, embora opinativos, promovem uma compreensão maior do problema e do objetivo do Serenata de Amor. Ainda complementados pela aba (8), que explica como acessar o Painel de Controle do Jarbas, que apresenta a tabela com a lista dos reembolsos. É um banco de dados que permite a filtragem por ano, nome do deputado ou empresa, por estado, reembolsos suspeitos e sub-cotas, e conferir detalhes clicando no número do documento. Entretanto, como o próprio texto explica, “ele nasceu mais como uma ferramenta de uso interno, e não uma ferramenta de utilidade pública — e isso nos incomoda até hoje. Porém optamos por fazer funcionar, publicar e depois deixá-lo bonito”. Ainda não possui uma interface atraente e amigável.

Por fim, a página da Operação Serenata de Amor no Facebook tem 25.235 curtidas. Traz basicamente postagens sobre os textos publicados no site e chamadas para eventos ligados à Operação Serenata de Amor. Algumas postagens chegam a mais de 1500 visualizações e quase 300 compartilhamentos, mas a maioria das 286 postagens não chega a números tão expressivos. A postagem com mais comentários conta com 200 comentários, enquanto a maioria das postagens tem menos de 20 comentários.

5 COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO E CIDADANIA

A capacidade do cidadão para buscar, aferir e interpretar os dados dos portais de transparência e/ou dados abertos, também é um fator decisivo para a utilização cidadã destes dados. Para a apropriação dos dados pela cidadania, não basta a simples disponibilização da informação, é necessário despertar o interesse do cidadão e é preciso pensar a questão da competência em informação. Nos termos de Le Coadic (1996), existem habilidades necessárias

para aprender a se informar, aprender a informar e sobre onde adquirir a informação. É um processo contínuo que possibilita a leitura, interpretação, capacidade de criação, utilização e produção de conteúdo.

A efetividade dos portais de transparência atravessa as questões da inclusão digital, letramento digital e da competência em informação, além de perpassar a politização, a conscientização, a automobilização e a construção, consciência e apropriação da cidadania.

Inclusão digital, letramento digital e competência em informação são distintos da seguinte maneira: letramento digital refere-se ao aprendizado relacionado à utilização dos aparatos tecnológicos digitais e às técnicas necessárias ao seu uso: ligar, desligar, entrar em sites, utilizar programas, desenvolver uma autonomia no lidar com o digital, como colocam Barreto (2007), Silva et al (2005) e Takahashi (2000). Algo além da simples disponibilização dos aparatos tecnológicos e acesso às TICs, como um computador com internet, que é frequentemente qualificado como inclusão digital. A inclusão não acontece de fato sem o letramento digital.

A exclusão do cidadão também acontece nestas esferas. O não acesso ao espaço digital, por causa da exclusão digital, é um fator determinante no caso dos dados abertos, mas não é o único: a falta da consciência da cidadania, a ausência da prática cidadã e a escolaridade são fatores ainda mais relevantes.

Existe então uma articulação entre o conceito de inclusão digital, letramento digital e o conceito de competência em informação, como fatores de exclusão ou inclusão na consolidação e atuação da cidadania.

Competência em informação, na definição da ACRL¹⁶ (2016) é “o conjunto de habilidades integradas que compreende a descoberta reflexiva da informação, o entendimento da maneira com que a informação é produzida e valorizada, e o uso da informação para a criação de novos conhecimentos e para a participação ética em comunidades de aprendizado”.

Já as Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente da IFLA, de Jesús Lau, definem competência em informação da seguinte maneira:

¹⁶ Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/standards/informationliteracycompetency>>. Acesso em: 2 maio 2017.

Um cidadão competente, seja um estudante, um profissional ou um trabalhador, é capaz de reconhecer suas necessidades de informação, sabe como localizar a informação necessária, identificar o acesso, recuperá-la, avaliá-la, organizá-la e utilizá-la. Para ser uma pessoa competente em informação, deve saber como se beneficiar do mundo de conhecimentos e incorporar a experiência de outros em seu próprio acervo de conhecimentos (LAU, 2008, p.8) [...] O termo “competência” implica um grupo de habilidades para identificar uma necessidade de informação, assim como também de recuperar, avaliar, usar e reconstruir o conhecimento contido nas fontes de informação recuperadas. Sinônimos: atitudes informacionais, capacidades informacionais, habilidades informacionais (LAU, 2008, p.49).

Nessa linha de raciocínio, o efetivo uso dos dados abertos passa necessariamente por inclusão digital, letramento digital e pela competência em informação. Indo um pouco mais longe, pode-se acrescentar ao conjunto a questão da competência *crítica* em informação, que agrega o pensamento crítico e reflexivo à questão da competência em informação, na forma da exigência de uma reflexão crítica construída continuamente conforme se adquire e produz conhecimento.

No caso da leitura e interpretação dos dados da transparência, portanto, é a competência crítica em informação que faz a diferença entre a leitura de simples números e a capacidade de entender, avaliar e se posicionar diante das questões políticas, econômicas e éticas envolvidas.

Sob essa perspectiva, a competência crítica é fundamental para a utilização dos dados abertos e da transparência pelo cidadão. Sem ela, são apenas números, distantes da sua realidade e sem significância, pois o cidadão não percebe o quanto estas informações competem a ele e influenciam sua vida e seu cotidiano, como no caso dos financiamentos de campanha dos políticos ou no caso dos gastos feitos usando a Cota para Exercício da Atividade Parlamentar.

6 CONCLUSÃO

Através dos casos analisados, pode-se confirmar o que alguns autores (BURLE, 2015; VAZ et al, 2013) também já relataram: a simples disponibilização de dados brutos não é suficiente para que haja realmente transparência e para que o usuário, de fato, os utilize de maneira cidadã e efetiva. A maneira como esses dados são apresentados e o grau de competência crítica em informação do usuário são facilitadores ou barreiras para que as informações sejam realmente aproveitadas plenamente.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

O Portal da Transparência do Governo Federal possui uma visualização fácil, a consulta dos dados é simples, há a possibilidade de acessar pesquisas de dados abertos e pedir dados específicos. Existe espaço para contato com a equipe do portal. Porém, a ausência de análises críticas e de contextualização dos dados dificulta a interpretação das implicações políticas e econômicas factuais desses dados. A simples disponibilização não conduz a um uso cidadão, muito menos crítico dos dados disponibilizados.

No caso do site Câmara Transparente, a plataforma é bastante amigável, fácil de manusear e compreender as ligações que estão sendo apontadas, inclusive com a identificação de cada deputado, por partido e com foto. Contudo, não há disponibilização de dados abertos nem facilidade de comunicação com seus criadores.

O Projeto Serenata de Amor se mostra bastante aberto a contatos, tem seus dados completamente transparentes e abertos, estimula a participação de indivíduos de fora da equipe e mantém canais de comunicação com os usuários. Contudo, a plataforma não é amigável, não tem navegação e interpretação fácil, a não ser pelos textos dos analistas do corpo do projeto.

Dessa forma, iniciativas da sociedade civil, do meio acadêmico ou de instituições que tem como objetivo a promoção de uma sociedade mais democrática e plural, são de grande importância para viabilizar ao indivíduo comum o conhecimento das atividades e conduta dos políticos que elegeram, a consciência das ligações políticas e econômicas de cada representante e a participação cidadã, denunciando, propondo soluções e cobrando mais de seus representantes.

Animados por esta e por outras pesquisas anteriores, os autores, em conjunto com outras instituições de ensino, seguem na construção de uma plataforma que possa agregar diversas fontes de dados, sirva como diretório de iniciativas semelhantes e que priorize a transparência, a análise crítica e a interação com os cidadãos, levando em consideração o estímulo à competência crítica em informação através de uma plataforma amigável e de fácil compreensão.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Mitos e lendas da informação: o texto, o hipertexto e o conhecimento. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.8, n.1, fev. 2007. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/164/1/Barreto%206.pdf>>. Acesso em: 3

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

dez. 2015.

BURLE C, VENTURINI J, Barros M, CÓRDOVA Y. Os degraus da implementação efetiva no Brasil: como as regulamentações locais de acesso à informação impactam na implementação de portais de dados abertos e transparência. **ConDatos**, Santiago do Chile, set. 2015. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16680/Os%20degraus%20da%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20efetiva%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

DAPP/FGV - DIRETORIA DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS. CÂMARA TRANSPARENTE. **Quem Financia nossa representação política?** Disponível em: <<http://dapp.fgv.br/transparencia-politica/camara-transparente/>>. Acesso em: 5 maio 2016.

LAU, Jesús. Diretrizes sobre Desenvolvimento de Habilidades em Informação para a aprendizagem permanente. **IFLA**. Tradução Regina Célia Baptista Belluzzo. São Paulo: FEBAB, 2008. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/ifla-guidelines-pt.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2015.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

SILVA, Helena; JAMBEIRO, Othon; LIMA, Jussara; BRANDÃO, Marco Antônio. Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. **Ciência da Informação**, Brasília, v.34, n.1, p.28-36, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n1/a04v34n1.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

SILVA, Terezinha Elizabeth da; EIRÃO, Thiago Gomes; CAVALCANTE, Raphael. Lei de Acesso à Informação na Câmara dos Deputados: um ano de funcionamento do serviço de informação ao cidadão. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 14., 2013. **Anais Eletrônico...** Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/viewFile/4234/3357>>. Acesso em: 6 maio 2017.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

VAZ, José Carlos.; RIBEIRO, Manuella M.; MATHEUS, Ricardo. Desafios para a governança eletrônica e dados governamentais abertos em governos locais. In: **WTRANS13 - Workshop de Transparência em Sistemas**. Brasília. 2013.